

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM GESTÃO DE PESSOAS

FINANCIAL EDUCATION IN PEOPLE MANAGEMENT

Suzana Maria de Oliveira¹

Claudia R. de O. Cantanhede ²

RESUMO: O presente artigo visa investigar o papel da educação financeira em gestão de pessoas nas organizações. A metodologia utilizada faz uso da pesquisa descritiva como fundamento metodológico, por meio de pesquisa bibliográfica em publicações científicas e levantamentos estatísticos, tanto físicos quanto virtuais. Através, portanto, de revisão da literatura com diversos autores da contemporaneidade, o objetivo principal foi o de contribuir tanto para a melhoria da performance organizacional com a adoção de estratégias de ação em gestão de pessoas (por exemplo, a educação financeira), quanto para a qualidade de vida dos empregados em termos de saúde física e mental (dentro e fora da organização). As conclusões obtidas foram que a dificuldade financeira é capaz de interferir na vida cotidiana das pessoas e que educação financeira coopera para um planejamento financeiro estruturado, a qual pode ser adotada como um benefício social nas organizações por meio de políticas pontuais em gestão de pessoas.

Palavras-chave: Planejamento financeiro pessoal. Consumismo. Gestão de pessoas. Educação financeira.

ABSTRACT

ABSTRACT: This article aims to investigate the role of financial education in people management on organizations. The methodology used makes use of descriptive research as a methodological basis, through bibliographic research in scientific publications and statistical surveys, both physical and virtual. Therefore, through a literature review with several contemporary authors, the main objective was to contribute both to the improvement of organizational performance with the adoption of action strategies in people management (for example, financial education), and for the quality of life of employees in terms of physical and mental health (inside and outside the organization). The conclusions obtained were that financial difficulties are capable of interfering in people's daily lives and that financial education cooperates for structured financial planning, which can be adopted as a social benefit in organizations through specific policies in people management.

Keywords: Personal financial planning. Consumerism. People management. Financial education.

INTRODUÇÃO

¹ Mestra em Psicologia pela UFMA, São Luís, Maranhão, Brasil, suzanaback34@gmail.com

² Mestra em Educação pela UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, claudiareginacantanhede@gmail.com

O capitalismo contemporâneo tem oferecido as pessoas muitas opções de consumo para se viver mais e com qualidade de vida. Sob esse ponto de vista, as organizações podem desempenhar um papel importante ao auxiliar no bem-estar físico e psicológico de seus empregados a partir de políticas de gestão de pessoas, como os programas de benefícios sociais em educação financeira. O objetivo geral do presente artigo, neste aspecto, foi de investigar o planejamento financeiro pessoal na realidade brasileira e as repercussões (ou consequências) para os indivíduos em termos de saúde física e mental. Como objetivos específicos, elenca-se:

- Analisar o sistema econômico capitalista (ou de mercado) a partir da diferença entre consumo e consumismo.
- Identificar repercussões (ou consequências) para o indivíduo do consumo sem controle.
- Caracterizar a educação financeira como possibilidade de benefício social na gestão de pessoas.

A importância do tema é decorrente dos altos índices de endividamento e inadimplência da população brasileira na atualidade e o seu provável impacto na saúde física e mental do indivíduo, inclusive no trabalho, o que impõe aos gestores a necessidade de implementação de estratégias de ação. Por conseguinte, o enfoque central do artigo (problema de pesquisa) está em compreender como as pessoas administram nos dias atuais as finanças pessoais em meio a um sistema econômico capitalista e as repercussões na saúde física e mental. Com vistas a responder aos objetivos propostos, a metodologia a ser utilizada faz uso da pesquisa descritiva como fundamento metodológico, por meio de pesquisa bibliográfica em publicações científicas e levantamentos estatísticos, tanto físicos quanto virtuais.

A forma como o brasileiro administra suas finanças pessoais é um tema pertinente para o desenvolvimento de uma investigação científica e se torna específico quando diz respeito a saúde física e mental do trabalhador e as suas repercussões no trabalho. Trata-se de um tema relevante e atual, na medida em que a dificuldade financeira é capaz de interferir na vida cotidiana, até mesmo no trabalho.

Espera-se que a pesquisa possa auxiliar gestores na elaboração de políticas de recursos humanos, a exemplo da política de manutenção de empregados pelo oferecimento

de treinamentos em educação financeira, o que vem a favorecer não apenas o desenvolvimento das atividades laborais, mas também, a qualidade de vida das pessoas.

Com vistas a atingir semelhante propósito, o presente artigo apresenta uma revisão da literatura pertinente ao enfoque central do artigo com posterior Considerações Finais. Convém informar que serão apresentadas duas subseções as quais abordam, sequencialmente: as repercussões negativas do consumismo sem planejamento no Brasil e a educação financeira na gestão de pessoas.

1 Repercussões negativas do consumismo sem planejamento: a realidade brasileira contemporânea

As consequências do consumismo sem controle são evidentes em diversas publicações. De acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC BRASIL) em 2019, oito em cada dez pessoas inadimplentes no país, sofreram algum impacto emocional negativo por conta das dívidas. A ansiedade foi o sentimento mais citado no levantamento (63% dos entrevistados), seguido de estresse e irritação (58,3%), tristeza e desânimo (56,2%), angústia (55,3%) e vergonha (54,2%). Insônia ou excesso de vontade de dormir também foram citados (42,8%), assim como 32,3% apresentaram modificações no apetite. Um índice de 28,2% de entrevistados, buscou aliviar sua ansiedade em algum tipo de vício (cigarro, bebida ou comida) e 24,7% comprou mais do que de costume – ou perdeu o controle do consumo. (CNDL, 2020a). No campo profissional, a pesquisa mostrou que:

três em cada dez entrevistados ficaram mais desatentos ou menos produtivos no trabalho e/ou nos estudos após descobrir que estavam endividados. Para completar, 17,2% dos trabalhadores inadimplentes relataram ter ficado mais impacientes com os colegas, enquanto 16,7% andaram irritados, chegando a cometer agressões verbais contra os familiares e amigos e 7,6% ficaram tão nervosos que chegaram a partir para a agressão física. (CNDL, 2020a, p. 2).

Outros resultados de pesquisas também demonstram a dificuldade do brasileiro em controlar as finanças pessoais. Cita-se o levantamento realizado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC BRASIL), cujo resultado apontou que 48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento pessoal e, dentre os que controlam suas finanças (52%), a frequência

com que esses anotam e analisam suas despesas não é adequada. (CNDL, 2020b). A principal justificativa apresentada para os que não fazem controle de orçamento pessoal, é a percepção de não haver necessidade na tarefa, pois “confiam nas contas de cabeça (20%). Outros 16% reconhecem não ter disciplina e 16% alegam não ter um rendimento fixo ou nem sabem exatamente o quanto ganham por mês”. (CNDL, 2020b, p. 1). Conforme a referida fonte de pesquisa acima citada, as consequências desta falta de controle é que, por exemplo, em 33% dos casos não há sobra no orçamento e, nos últimos doze meses, “48% dos consumidores brasileiros passaram pela situação de estar com o ‘nome sujo’”. (CNDL, 2020b, p. 2).

Dados interessantes foram levantados pela *startup* de gestão de finanças pessoais Mobills. Segundo o aplicativo, foi registrado um alto número de pessoas endividadas em razão do início da quarentena no Brasil (março de 2020), como medida de contenção ao Covid-19. O levantamento ouviu 1.215 usuários do aplicativo e, dentre esses, “40,2% declararam que já tinham dívidas em atraso antes da pandemia/isolamento e 12,7% adquiriram dívidas entre março e abril [...]”. (MONITORMERCANTIL, 2020). Os principais motivos apresentados pelos usuários foi a diminuição da renda familiar (35,5%) e a falta de controle dos gastos (34,5%). Outra pesquisa que reforça a questão do endividamento durante o ano de 2020, foi realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Com base nos resultados levantados pela referida Confederação (apud FECOMÉRCIO-MA, 2021a), a média de famílias endividadas no ano de 2020 “cresceu 2,8 pontos percentuais, em comparação com 2019, chegando a 66,5% - a maior porcentagem anual da série, iniciada em 2010”. Isso significa que o número de brasileiros que estavam com dívidas em 2020 foi o maior em 11 anos.

Izis Ferreira, economista da CNC, afirma que: “Assim como nos anos anteriores, o cartão de crédito foi apontado como o principal tipo de dívida entre os brasileiros em 2020 – 78%, na média anual. Em segundo e terceiro lugares, ficaram, respectivamente, o carnê (16,8%) e o financiamento de carro (10,7%)”. Outro destaque foi o financiamento de casa, a qual ultrapassou o crédito pessoal entre os principais motivos de dívidas das famílias. Com mais consumidores endividados, a inadimplência também aumentou, sendo atenuada no segundo semestre de 2020, “influenciada pelo conjunto de medidas de combate à pandemia que ajudaram os consumidores com relação à capacidade de pagamento de parte das contas e dívidas”. (apud FECOMÉRCIO-MA, 2021a).

Em dados mais recentes, o patamar de endividamento médio da população brasileira em 2021 foi o maior em 11 anos, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNN), o que representa uma média de 70,9% das famílias. (AGÊNCIA BRASIL, 2022). Endividamento e inadimplência preocupam não apenas as famílias, mas a sociedade em geral. Porém, segundo a Federação do Comércio do Estado do Maranhão (FECOMÉRCIO, 2021b), o que preocupa realmente, não são exatamente as dívidas contraídas e sim, a falta de condições para a quitação destas dívidas. Marcela Kawauti, economista-chefe do SPC Brasil (apud CNDL, 2020a), por exemplo, explica que uma pessoa endividada com frequência evita lidar frente a frente com a sua situação desfavorável, o que a leva a assumir comportamentos negativos, como compras em excesso, bem como vícios. Nesse caso, frustrações e incertezas provocadas pela inadimplência não se restringem ao campo financeiro, tendo impacto significativo também na saúde física e emocional dos endividados. Portanto, dívidas contraídas e não quitadas comprometem a renda mensal das pessoas, o que impacta diretamente na saúde física e mental, além do próprio fluxo do capital.

2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA GESTÃO DE PESSOAS

Para o educador financeiro do SPC Brasil, José Vignoli, uma realidade financeira saudável depende do esforço das pessoas em buscar informação e do exercício da disciplina no cotidiano. Quando se trata de compra por impulso, a reflexão pessoal é fator importante de decisão e motivo de sentimentos conflitantes após uma compra não planejada, ou seja, sentimentos de prazer (satisfação gerada pelo consumo) e angústia (dívidas para pagamento em longo prazo). (SPCBRASIL, 2015). Nesse ponto, apesar de não ser necessariamente disfuncional, o estresse merece atenção especial por parte das pessoas em geral e da organização, uma vez que o resultado pode envolver “ansiedade, depressão, angústia e várias consequências físicas, como distúrbios gástricos e cardiovasculares, dores de cabeça, nervosismo e acidentes. Em certos casos, levam ao abuso de drogas, alienação e redução de relações interpessoais”. (CHIAVENATO, 2014, p. 405).

Do mesmo modo, o estresse pode “interferir negativamente na quantidade e na qualidade do trabalho, no aumento do absenteísmo, na rotatividade e na predisposição a queixas, reclamações, insatisfação e greves”. (CHIAVENATO, 2014, p. 405). Por

consequente, percebe-se que não é suficiente para a organização agregar, desenvolver, recompensar e aplicar, isto é, focar em processos básicos da gestão de pessoas. É preciso, igualmente, reter (ou manter). Convém lembrar que as pessoas passam a maior parte do seu tempo em um local de trabalho e, assim, necessitam de um ambiente que precisa apresentar condições físicas, materiais e psicológicas adequadas para um bom desenvolvimento laboral. Semelhante fato, sugere a necessidade de um olhar atento sobre a realidade externa, na medida em que há uma forte conexão entre ambiente externo à organização e o contexto interno de gestão.

Importa, por conseguinte, a seguinte pergunta: Que mundo é esse que vivemos todos os dias e qual o papel da organização junto a seus empregados? Planejar é uma das funções do administrador de empresas, que precisa ter nos empregados um forte aliado na concretização dos objetivos organizacionais. Nessa perspectiva, o maior desafio empresarial talvez seja conciliar as expectativas dos acionistas com as dos colaboradores, haja vista, por exemplo, as rápidas e inesperadas transformações da sociedade contemporânea. Chiavenato (2014), é um dos autores que aborda o fato de existir organizações contemporâneas que estão mudando de uma abordagem tradicional para uma abordagem moderna de gestão, em que atitude proativa, planejada e inovadora, fazem parte das decisões organizacionais. No tocante a abordagem moderna de desenvolvimento de pessoas, Chiavenato (2014, p. 308) comenta algumas de suas características:

[...] seguem um modelo planejado (treinar e desenvolver pessoas como parte da cultura organizacional), em um esquema intencional (treinar todas as pessoas de uma maneira planejada), em uma atitude proativa (antecipando-se às necessidades e criando talentos promissores), em uma visão de longo prazo (visando ao futuro), baseado no consenso (as pessoas são consultadas e decidem de maneira participativa), em uma condição de instabilidade e mudança (tudo deve mudar para melhor e sempre) e de inovação e criatividade (para construir uma organização melhor) e visando ao provisório e mutável.

Já na abordagem tradicional, o mencionado autor destaca as características:

[...] modelo casual (treinar apenas quando surge alguma necessidade ou oportunidade), em um esquema randômico (as pessoas são escolhidas aleatoriamente e ao acaso), em uma atitude reativa (apenas quando existe algum problema ou necessidade), em uma visão de curto prazo (visando apenas a atender ao problema imediato), baseado na imposição (as pessoas não são consultadas), em uma condição de estabilidade (nada deve mudar)

e de conservação (manter o *status quo*) e visando ao permanente e definitivo. (CHIAVENATO, 2014, p. 308).

As organizações possuem na abordagem moderna de desenvolvimento um instrumento de capacitação que favorece tanto as pessoas envolvidas quanto a própria organização em termos de sucesso do negócio. Isso quer dizer que, em um mundo organizacional mutável e competitivo, de economia globalizada, a abordagem moderna apresenta-se como um diferencial estratégico. Como afirmado anteriormente, fenômenos como alto endividamento e inadimplência podem prejudicar não apenas a qualidade de vida da pessoa endividada, mas também uma organização, ou então, a economia de um país a curto, médio e longo prazos. De maneira diferente das decisões financeiras corporativas, cuja característica principal está na racionalidade dos processos, as decisões financeiras pessoais são mais sujeitas a dinâmica emocional. Alusivo a essa questão, existe a condição de ser humano como aquele sujeito que sofre impactos emocionais os quais afetam, direta ou indiretamente, o contexto do trabalho.

Semelhante característica diferenciadora de decisão, não exige ambos (organização e indivíduo) de realizar um planejamento financeiro, ou seja, organizar e controlar as finanças de modo a atingir objetivos, a partir, por exemplo, da realidade econômica do país. Lucratividade, redução de custos, ou então, conquista de novos clientes, deve caminhar junto com o equilíbrio emocional. Nessa perspectiva, prevenção e proatividade fazem parte da estratégia da gestão contemporânea de pessoas, a qual as trata como indivíduos e não como mero recursos. Em outras palavras, as pessoas passam a ser vistas e compreendidas como dotadas de características próprias de personalidade e de individualidade, aspirações, valores, atitudes, motivações e objetivos individuais. É conveniente explicar que quando são entendidas como recursos, a ênfase recai no sentido de considerá-las como pessoas dotadas de habilidades, capacidades, destrezas, conhecimentos e competências necessários para a tarefa organizacional. (CHIAVENATO, 2016).

Tendo em vista que administrar é fazer com que processos sejam executados da melhor forma possível, uma das alternativas existentes com o objetivo de atingir semelhante propósito, está justamente na possibilidade de uma organização oferecer benefícios sociais a seus empregados. Dentre os tipos de benefícios sociais existentes, os benefícios espontâneos são concedidos por meio da liberalidade da empresa, uma vez que

não são exigidos por lei. Os programas de assistência aos empregados são um exemplo desse tipo de benefício, na medida que buscam ajudar os empregados a enfrentar uma ampla variedade de problemas que interferem no desempenho profissional. Bohlander e Snell (2015, p. 442), destacam os problemas relacionados “ao abuso de álcool ou drogas, dificuldades emocionais e financeiras ou familiares”. Benefícios sociais podem ser compreendidos, assim, como “facilidades, conveniências, vantagens e serviços sociais que as empresas oferecem aos seus funcionários, no sentido de lhes poupar esforços e preocupações”. (CHIAVENATO, 2016, p. 290), cuja divulgação pode ocorrer por meio de desenvolvimento de pessoal, a exemplo do oferecimento de cursos sobre educação financeira.

Segundo o Banco Central do Brasil (BCB, 2013), a educação financeira é um dos meios de se prover conhecimentos e informações a respeito de comportamentos básicos em finanças, o que contribui não apenas para o indivíduo, mas também para o desenvolvimento até mesmo de um país, haja vista que a tomada de decisão individual tem reflexos no crescimento e na estabilidade econômica. Informação e disciplina como conhecimento pessoal, se inter-relacionam a um processo de reflexão sobre a origem do poder que influencia, reproduz e é capaz de atuar como “pressões” internas. Em outras palavras, “Ideais de consumo que satisfazem o capital em primeiro lugar, num movimento que sugere que o novo já nasce antiquado, com vistas a estimular a intenção de querer, inclusive, o que o outro tem ou quer”. (DE OLIVEIRA, 2019, p. 87). Reforçam as afirmações supracitadas, a explicação de Cherobim e Serejo (2011, p. 9), de que “A compreensão da nossa realidade financeira, a identificação das necessidades da nossa família, a priorização dessas necessidades [...]”, colaboram para um convincente planejamento financeiro pessoal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pessoas com conhecimentos básicos sobre comportamento financeiro, tendem a tomar decisões de forma mais coerente, tanto sobre investimentos quanto endividamento. Cumpre salientar que decisões envolvem riscos, além de sofrer influência de fatores internos (personalidade, objetivos individuais, percepção etc.) e externos (mídia, educação formal, disponibilidade de crédito fácil etc.). Concernente a afirmação supracitada,

decisões individuais planejadas de maneira consciente sobre o que consumir, precisam vincular-se a reflexão pessoal sobre o que motiva determinada compra ou, então, qual o sentido da publicidade inerente, por exemplo, a determinado bem material. Semelhante reflexão atinge diretamente objetivos e desejos pessoais construídos socialmente e que são peculiares da influência do sistema como forma de “pressão” ao constante consumo. Nesse aspecto, o problema não está necessariamente no consumo, mas no consumismo sem controle, o que pode afetar a condição física e psicológica do indivíduo, conforme observado nos índices elencados nas pesquisas apresentadas.

A dificuldade financeira, portanto, é capaz de interferir na vida cotidiana, sendo que a educação financeira coopera para um planejamento financeiro estruturado, a qual pode ser adotada como benefício social nas organizações, seja com fins lucrativos ou sem fins lucrativos. Referente a questão supracitada, políticas organizacionais (e públicas), passam a assumir papel muito importante na dinâmica e na busca do consumo equilibrado, com ações de orientação com relação a temática do endividamento e seus efeitos negativos ou a renegociação de dívidas, dentre outros temas, haja vista as facilidades existentes para aquisição de bens e serviços nos dias atuais.

REFERENCIAS

AGENCIABRASIL. **CNC: Brasil encerrou 2021 com recorde de endividados.** 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/cnc-brasil-encerrou-2021-com-recorde-de-endividados>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BCB. **Caderno de Educação Financeira:** gestão de finanças pessoais. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

BOHLANDER, George W; SNELL, Scott A. **Administração de recursos humanos.** 16 ed. São Paulo: Cengage, 2015.

CHEROBIM, Ana Paula M. Szabo; SEREJO, Márcia Maria dos S. Bortolucci (Orgs.). **Finanças pessoais:** conhecer para enriquecer! 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos:** fundamentos básicos. 8. ed. Barueri: Manole, 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.

CNDL. **8 em cada 10 inadimplentes sofreram impacto emocional negativo por conta das dívidas, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. 2020a. Disponível em: <http://www.site.cndl.org.br/8-em-cada-10-inadimplentes-sofreram-impacto-emocional-negativo-por-conta-das-dividas-revela-pesquisa-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CNDL. **48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. 2020b. Disponível em: <http://www.site.cndl.org.br/48-dos-brasileiros-nao-controlam-o-proprio-orcamento-revela-pesquisa-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 01 nov. 2020.

DE OLIVEIRA, Suzana M. **A agressão como forma de desengajamento moral no trânsito do município de São Luís do estado do Maranhão**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia / CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://www.tedebc.ufma.br>. Acesso em: 30 out. 2020.

FECOMÉRCIO-MA. **Número de brasileiros endividados em 2020 foi o maior em 11 anos**. 2021a. Disponível em: <https://fecomercio-ma.com.br/2021/02/01/numero-de-brasileiros-endividados-em-2020-foi-o-maior-em-11-anos/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

FECOMÉRCIO-MA. **Inadimplência preocupa famílias de São Luís**. 2021b. Disponível em: <https://fecomercio-ma.com.br/2021/02/19/inadimplencia-preocupa-familias-de-sao-luis/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MONITORMERCANTIL. **Mais de 35% se endividaram por conta da diminuição da renda familiar**. 2020. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/mais-de-35%-se-endividaram-por-conta-da-diminuicao-da-renda-familiar/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SPCBRAZIL. **Retrato do consumo impulsivo no Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www.spcbrasil.org.br/uploads/st-imprensa/analise-compras-por-impulso5.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.